

DA DÚVIDA METÓDICA AO PRINCÍPIO DA DESCRENÇA: PARA UMA CIÊNCIA DA AUTOCONSCIÊNCIA

FROM METHODIC DOUBT TO THE DISBELIEF PRINCIPLE: TOWARDS

A SCIENCE OF SELF-CONSCIOUSNESS

DE LA DUDA METÓDICA AL PRINCIPIO DE LA DESCREENCIA: PARA

UNA CIENCIA DE LA AUTOCONCIENCIA

Alexandre Zaslavsky

RESUMO. O amplo questionamento é uma das marcas distintivas da ciência moderna. Crê-se que a ciência moderna pode pesquisar tudo, pois tudo pode questionar. A epistemologia de René Descartes, em particular o procedimento da dúvida metódica, é aporte conceitual decisivo a essa ideia de omniquestionamento científico. Descartes se inspirou no modelo axiomático e dedutivo da geometria e estabelece um sistema de verdades racionais, com o intento de sustentar toda a pesquisa e conhecimento científicos. O presente artigo problematiza o caráter racionalista da definição de questionamento científico instaurada pela dúvida metódica e suas consequentes limitações em termos de método e objeto científicos. Na primeira parte reproduz, sucintamente, o argumento da dúvida metódica e faz algumas ponderações a respeito. Na segunda parte, apresenta o princípio da descrença enquanto concepção alternativa de questionamento científico e sugere implicações ampliando a concepção de cognição para a vivência. Na terceira parte, delinea a possibilidade de uma ciência da autoconsciência, a qual também englobaria as percepções extrassensoriais ou parapsiquismo, viabilizada pela referida transformação no conceito de questionamento científico.

Palavras-chaves: dúvida metódica; princípio da descrença; autoconsciência.

ABSTRACT. Broad questioning is a distinctive feature of modern science. The belief exists that modern Science can research everything, as everything can be questioned. The epistemology of René Descartes, specifically the process of methodic doubt, is the decisive conceptual support to the idea of scientific omniquestioning. Descartes, inspired by the axiomatic model and deductive geometry, established a system of rational truths with the intent to sustain all research and scientific knowledge. This article problematizes the rationalistic character of the definition of scientific inquiry instituted by methodic doubt and its consequent limitations in terms of scientific method and object. The first part succinctly reproduces the argument of methodic doubt and considers specific aspects of it. The second part presents the disbelief principle as an alternative conception of scientific inquiry and suggests implications that amplify the conception of cognition in experiences. The third part outlines the possibility of a science of self-consciousness, which also encompasses extrasen-

sory perceptions or parapsychism, and intends to viabilize transformation of the concept of scientific enquiry.

Keywords: methodic doubt; Disbelief Principle; self-consciousness.

RESUMEN

El gran interrogante es uno de los distintivos de la ciencia moderna. Se cree que la ciencia moderna puede investigarlo todo, ya que todo se puede cuestionar. La epistemología de René Descartes, en particular el procedimiento de la duda metódica, es el aporte conceptual decisivo a esa idea de omnicauestionamiento científico. Descartes se inspiró en el modelo axiomático y deductivo de la geometría, y establece un sistema de verdades racionales, con la intención de sustentar toda la investigación y conocimiento científicos. El presente artículo analiza el carácter racional de la definición de cuestionamiento científico, instaurado por la duda metódica y sus consecuentes limitaciones en términos de método y objeto científico. En la primera parte reproduce, brevemente, el argumento de la duda metódica y hace algunas ponderaciones al respecto. En la segunda parte, presenta el principio de la descreencia como concepción alternativa de cuestionamiento científico, y sugiere implicaciones ampliando la concepción de cognición para la vivencia. En la tercera parte, delinea la posibilidad de una ciencia de la autoconsciencia, la cual también englobaría las percepciones extrasensoriales o el parapsiquismo, viable por la referida transformación del concepto de cuestionamiento científico.

Palabras-clave: duda metódica; Principio de la Descreencia; autoconsciencia.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, apesar da forma de artigo, pode ser considerado um ensaio, devido ao seu caráter exploratório e conjectural, não exaustivo ou exegético. O objetivo é apresentar e tornar plausível uma *intuição*, conforme a seguinte conjectura: *se* a dúvida metódica ocupa um lugar central na formação do conceito de ciência moderna, em sentido amplo; *e se* esse lugar é simultaneamente de possibilidade e de limite; *então* sua substituição por outro elemento de questionamento, o *princípio da descrença*, estabeleceria possibilidade e limite mais amplos à ciência.

O contexto em que se situa este trabalho é o da crítica às implicações da epistemologia cartesiana, longa e complexa tradição, datando dos dias em que Descartes trouxe a público suas ideias metafísicas. A epistemologia cartesiana demarcou um antes e um depois. Estabeleceu o próprio conceito de epistemologia moderna, portanto toda discussão posterior a ela necessariamente tem de considerá-la, seja para concordar ou discordar. As ciências humanas, ou do espírito, desde o século XIX debatem com a epistemologia cartesiana, pois necessitam estabelecer *status* epistemológico ao conhecimento sobre o ser humano, excluído por Descartes do campo científico. O problema do *status* epistemológico das ciências humanas apresenta diversas vertentes, dentro das quais está também o presente texto. No entanto, trata-se de uma nova ciência que está em jogo,

a Conscienciologia, a qual possui um elemento central de particular delicadeza ao se considerar a história da epistemologia: as percepções extras-sensoriais ou parapsiquismo. Diferente da Parapsicologia, cuja abordagem ao parapsiquismo se situa na tradição experimentalista mais próxima às ciências naturais, a Conscienciologia propõe abordagem metodológica participante, afim ao que Windelband (1980) denominou *idiografia*, a especificidade das ciências humanas, em oposição à *nomotética*, das ciências naturais. Mesmo assim, apesar do contexto afim às humanidades, há elementos também naturalísticos, numa aproximação ainda a elucidar, porém fugindo do escopo do presente texto. Ao modo de Castro (2011), encara-se aqui o fenômeno parapsíquico enquanto problema conceitual, no caso, epistemológico ou, mais precisamente, paraepistemológico.

O pensamento epistemológico de Descartes, por um lado, logrou captar e pacificar a profunda crise de conhecimento então em curso, e, por outro, e talvez pela mesma razão, instaurou determinadas imagens ou intuições muito fortes e duradouras acerca do que é a ciência moderna. A dúvida metódica e o *cogito* ou autoconsciência estão no cerne da ideia socialmente corrente de ciência: ela duvida de tudo e é uma criação do engenho humano, de nossas faculdades mentais, e não uma revelação divina, absoluta; logo, a ciência seria ilimitada e também infinita em seu leque de objetos possíveis. Se é difícil demonstrar categoricamente uma conexão entre estes construtos epistemológicos e a ciência moderna (se é que se pode falar de *a* ciência moderna), o contrário também é o caso; como negar a conexão entre a dúvida metódica, o *cogito* e, por assim dizer, o espírito da ciência moderna? A ciência moderna está baseada na dúvida ilimitada e no poder do pensamento humano. Mas, pensando bem, pode-se mesmo afirmar que a ciência duvida de tudo? Que tudo pode ser estudado cientificamente? Que a ciência é ilimitada e virtualmente infinita? A tensão entre a ideia de ciência relacionada à dúvida metódica e os efetivos limites de tematização científica, os quais excluem sistematicamente a experiência parapsíquica, é o problema central a ser enfrentado aqui. A experiência parapsíquica não logrou obter, ao longo da história, o estatuto epistemológico que lhe facultasse ser investigada em sua própria especificidade e particularidade, ou seja, na perspectiva do participante ou da primeira pessoa. O construto epistemológico cartesiano, pressupõe-se aqui, possui importante parcela de responsabilidade nesta limitação. No fundo, está em jogo a tese de que a ciência moderna é herdeira do racionalismo cartesiano, conforme se constata em determinados limites *a priori* aos seus objetos possíveis, a exemplo das vivências parapsíquicas. O artificialismo da dúvida metódica é um elemento indicador destas restrições racionalistas e já foi apontado, por exemplo, em Burt (1983), Nudler (1998) e Faria (2007). Rodis-Lewis (1996, p. 98), biógrafa de Descartes, registra que mesmo ele admitiu em carta a Mersenne “ter passado com demasiada rapidez sobre essa pura espiritualidade”, referindo-se à distinção substancial entre pensamento e extensão, uma das verdades dedutivas decorrentes do método.

Assim sendo, procura-se ensaiar a recapitulação de um *nó górdio* epistemológico – a dúvida metódica – a fim de reconceptualizar o cerne dubitativo ou questionador da ciência moderna, modificando o limite do escopo e do modo de duvidar e, desse modo, abrindo a possibilidade de atribuir *status* epistemológico ao conhecimento parapsíquico. Trata-se de sugerir elementos para uma concepção de autoconsciência que seja passível de ser pesquisada cientificamente. Se a pesquisa científica das vivências pessoais é possível; e o parapsiquismo faz parte das vivências pessoais; então a pesquisa científica do parapsiquismo também é possível. Este é o ambicioso programa de fundo, o qual visa fazer uma aproximação ensaística ao problema.

Pode-se dizer que o objetivo deste texto é tanto conceitual, quanto vivencial, pois ambas as abordagens acabam por integrarem-se uma à outra. Ao se transformar a autoconsciência, *de dubitante em descrente*, a concepção de ciência se transforma, mas também, de um ponto de vista pragmático, a autoconsciência do leitor é implicada, pois o eixo epistemológico deixa de ser uma autoconsciência abstrata e universal, para ser uma autoconsciência concreta e particular, a exemplo do leitor-pesquisador. Ao substituir a dúvida metódica, no núcleo da epistemologia moderna, pelo princípio da descrença, a autoconsciência terá, conforme se irá mostrar, os atributos da *pensinidade* e da *teaticidade*, ambos tematizáveis pela pesquisa científica, no caso, mais exatamente, autopesquisa. A consciência não apenas pensa, mas se manifesta teaticamente (teórica e praticamente) através de pensenes (pensamentos, sentimentos e energias), não é apenas ser pensante (*res cogitans*), mas ser pensenizante. A ciência da consciência, a partir destas bases epistemológicas, é a Conscienciologia, proposta pelo médico e pesquisador independente Waldo Vieira, em 1981, no livro *Projeções da Consciência – Diário de experiências fora do corpo* (1995).

Nas duas primeiras partes, será feita a apresentação e a comparação entre dúvida metódica e princípio da descrença, de modo a, na terceira parte, retirar-se implicações para a forma de se definir a autoconsciência e, finalmente, estabelecer reflexões sobre a possibilidade de uma ciência da autoconsciência que permita estudar as vivências pessoais, incluindo as parapsíquicas.

1. A dúvida metódica

O projeto epistemológico de René Descartes teve papel central na constituição de um arcabouço conceitual para os novos conhecimentos científicos e inovações tecnológicas, os quais colidiam frontalmente com o modelo da ciência clássica, cuja referência era os cânones do mundo grego.

Os novos conhecimentos não eram dedutíveis dos sistemas da filosofia grega, seja platônica ou aristotélica, muito menos da Bíblia. Este limbo epistemológico era bastante agudo no tempo de Descartes e também por isto sua contribuição teve o alcance que teve. Descartes logrou formular uma epistemologia não

ontológica, mas humana, centrada no sujeito cognoscente. A rigor, ele instaurou a epistemologia propriamente dita, enquanto campo disciplinar autônomo. A epistemologia cartesiana decorre da relação reflexiva de um sujeito pensante consigo mesmo, a autoconsciência em primeira pessoa, que poderia ser qualquer um de nós. Com isto ele diz que o conhecimento é, sim, elaborado pelo ser humano, o qual é, ao menos para si mesmo, um ser pensante, uma *res cogitans*. É a constatação, hoje trivial, que o conhecimento é, em primeiro lugar, um produto do pensamento humano, ou seja, do pensamento de indivíduos humanos. A dúvida enquanto manifestação de um ser autoconsciente recebeu *status* central na constituição da ciência moderna.

A nova filosofia de Descartes foi introduzida primeiramente no prefácio do livro *Discurso do Método*, publicado em 1637. Nesse texto, é apresentada uma espécie de súplica do que viria, quatro anos depois, a ser publicado nas *Meditações*. A questão do método, central na ciência moderna, foi em grande parte introduzida na epistemologia por Descartes. O problema do conhecimento válido foi formulado em termos de meios confiáveis, até certo ponto uma analogia à conservação da verdade na estrutura do silogismo, à base do raciocínio geométrico. Se as premissas são verdadeiras, a conclusão também o será. Com o método adequado, é possível assegurar a transmissão da verdade de enunciados simples para enunciados complexos, derivados daqueles. O silogismo ou forma do argumento válido é a estrutura utilizada na geometria, sobretudo nos *Elementos* de Euclides, considerada, por Descartes, o modelo de conhecimento científico (1996a, p. 79).

O método cartesiano consiste, segundo consta no *Discurso do Método*, de modo sucinto, nos seguintes itens:

- a. Critério da evidência ou indubitabilidade: acatar a verdade apenas do que for claro e distinto.
- b. Procedimento de análise: dividir o problema até as suas partes mais simples.
- c. Procedimento de composição: seguir a ordem dos conhecimentos simples aos compostos.
- d. Procedimento de enumerações: fazer revisões gerais de modo a nada omitir.

A dúvida, portanto, está presente no primeiro item do método cartesiano; ela é o começo ou a base para aplicação deste método. Na obra *Meditações*, publicada em 1641, Descartes apresenta com maior detalhe e precisão este método, a começar pela dúvida, ao se propor a duvidar de todos os seus conhecimentos prévios, hauridos desde a infância, inclusive no colégio em que estudou, a célebre instituição jesuíta de La Flèche. Essa dúvida, no entanto, seria aplicada sobre categorias de conhecimentos e não a cada conhecimento, pois do contrário

não seria viável. O filósofo divide os conhecimentos em empíricos e racionais, divisão já conhecida desde a antiguidade, e passa a testá-los através de dúvidas propositalmente elaboradas, ao modo de um exercício cético. Os conhecimentos empíricos são fáceis de serem colocados em dúvida, basta alçar mão aos comuns enganos dos sentidos ou então aos sonhos, alucinações verossímeis. Toda percepção sensorial é passível de ser uma miragem ou então um sonho. Os conhecimentos racionais são mais difíceis de duvidar, a ponto de Descartes sugerir a existência de uma divindade enganadora ou gênio maligno que interferisse diretamente no pensamento racional e introduzisse sub-repticiamente algum engano, o qual seria imperceptível, mantendo-se para todos os efeitos uma aparência de verdade inquestionável. O único conhecimento completamente imune à dúvida metódica seria o conhecimento imediato da autoconsciência, expresso no enunciado “Penso, logo, existo” (*Cogito ergo sum*).

Todo conhecimento é mediado por representações, e este é o problema da confiabilidade do conhecimento, pois só temos acesso a representações para confirmar a verdade ou falsidade de representações. Operamos tão somente com representações. Mas o pensamento sobre a consciência de si tem um caráter distinto; é uma intuição intelectual do próprio ser, é ao mesmo tempo uma representação e uma realidade. A realidade da representação, a saber, de algo pensado, é a mesma realidade do ser pensante. Então quando este ser pensa sobre sua própria existência, a verdade deste pensamento ou enunciado é dada imediatamente. Nas palavras de Geneviève Rodis-Lewis (1996, p.97), “O *Cogito* (...) não é um raciocínio, mas a apreensão direta de uma indissociável ligação entre “eu penso” e “eu sou”; em outras palavras, “eu sou um ser pensante””.

Ao se considerar a realidade totalizante da representação, a obtenção de uma representação verdadeira apresenta sérias dificuldades. Se não há comparação da representação com a realidade, pois tudo que se tem são representações, é necessário um critério para distinguir representações verdadeiras e falsas entre si. Descartes propõe o critério da evidência, o qual consiste em identificar representações que sejam claras e distintas, ou seja, sem nada obscuro e nenhuma confusão com outras. O enunciado do *cogito* – “Penso, logo, existo” – é um exemplo de representação ou juízo evidente, pois não sobra nada oculto e o ser pensante não se confunde com outra coisa, pois o pensamento é atributo inconfundível seu. O critério da evidência, conforme consta acima, é também o da indubitabilidade. Só o evidente é indubitável; o evidente é o que não se pode colocar em dúvida, pois é claro e distinto de tal modo a não deixar possibilidade de dúvida. Para Descartes, é impossível duvidar do evidente.

O objetivo da dúvida metódica seria eliminar todo conhecimento que fosse duvidoso, ou seja, de que se pudesse levantar alguma dúvida. As objeções levantadas às categorias de conhecimentos, conforme a origem empírica ou racional, são dúvidas. Um conhecimento para fundamentar todo o sistema de conhecimentos

teria de ser indubitável, ou seja, evidente por si mesmo, claro e distinto. O *cogito* é essa base de sustentação, pois sua verdade é evidente. A existência do ser pensante (*res cogitans*) se evidencia em seus efeitos imediatos, a saber, os pensamentos (*cogitationes*), pois, diferente do conteúdo das demais classes de representações, o pensamento (*cogitatio*) está imediatamente vinculado à origem. As representações atinentes à extensão (*res extensa*) ou à divindade (*res infinita*) não se vinculam imediatamente às coisas extensas ou à coisa infinita, contudo vinculam-se imediatamente à coisa pensante, pois são pensamentos.

O conhecimento indubitável, ou seja, evidente, é o princípio fundamental da Geometria, no qual todo sistema se apoia. Assim como o ponto é a definição primeira da geometria euclidiana, o *cogito* é da epistemologia cartesiana. A analogia é mais ampla do que parece, pois o critério de verdade de ambas é o mesmo, a verdade imediata à razão, a autoevidência racional. Mesmo não colocando a Geometria na esfera dos conhecimentos racionais indubitáveis, até mesmo por pressupor a ideia de extensão, o lugar dela é ocupado pelo *cogito*. O ponto, para Descartes, não seria suficientemente autoevidente, pois não é claro e distinto, envolve a extensão e o pensamento, sendo composto. Eis justamente a revolução epistemológica de Descartes: a substituição do objeto de conhecimento evidente pelo sujeito de conhecimento evidente. A coincidência entre o sujeito e o objeto do conhecimento permite um conhecimento indubitável, autoevidente, axiomático, *absoluto*. Entretanto, tal verdade primeira, de cunho racional, estabelece na ciência um primado racionalista dificilmente desentranhável. Este elemento racionalista se configura enquanto um conjunto de crenças *a priori* limitando a possibilidade de tematização científica, ou seja, os limites do método definem os limites dos objetos. A ciência moderna é essencialmente dubitativa, questionadora; mas até que ponto? Ela está aberta a quaisquer dúvidas? O que pode e o que não pode ser duvidado na ciência moderna? Ou seja, o que é um problema científico legítimo?

O procedimento cético da dúvida metódica faz uma revisão sistemática do legado epistemológico clássico e medieval, no entanto, o faz de modo racionalista. Ao justificar a primeira verdade na “razão pura”, Descartes estabelece o primeiro item do seu método, a saber, a autossuficiência da razão sobre os sentidos para discernir a verdade, contudo a ciência historicamente decorrente desta epistemologia também é experimentalista. Se o empirismo da ciência moderna é possível a partir de postulados racionalistas, então se pode supor que este empirismo é limitado *a priori* pela razão e, portanto, que *a experiência em desacordo com tais postulados da razão não pode ser estudada cientificamente*, ou, mais diretamente, *não é científica*. É evidente que a ciência é um empreendimento racional, mas não necessariamente *racionalista*, significando o primado da razão sobre a experiência no conhecimento humano. Se isto é assim, torna-se necessário re-visitado o *cogito* cartesiano, *locus* originário da epistemologia da ciência moderna, retomando o procedimento negativo da dúvida metódica, porém de modo não

racionalista. Com este objetivo é apresentado e caracterizado, a seguir, o princípio da descrença.

2. O princípio da descrença

O princípio da descrença faz parte do *corpus* da neociência Conscienciologia e nele representa importante papel. Em todo material publicado ou comunicação verbal realizada no contexto da Conscienciologia, o princípio da descrença é explicitamente apresentado, dirigido diretamente ao interlocutor, seja o leitor ou o aluno. Nos periódicos ou livros, o princípio é impresso na folha de rosto ou na última página, enquanto nas aulas ou conferências, aparece em um *banner* ou painel fixo, legível, para todos os presentes. A razão de tal procedimento, para além da transparência e honestidade institucional, é epistemológica. O princípio da descrença é central na proposta científica da Conscienciologia. Não existe Conscienciologia ou pesquisa conscienciológica sem o princípio da descrença. Ou seja, a compreensão do princípio da descrença é prioritária a qualquer pessoa que queira compreender a Conscienciologia, desde o primeiro contato.

O princípio da descrença constitui-se de duas partes: uma negativa e outra positiva. As duas primeiras frases são negativas, exortam a não acreditar, ou seja, não admitir as informações ofertadas, sejam da origem que forem: autoridade, livro, imaginação, dentre outras. Acreditar é admitir a verdade de uma informação oferecida, extrapolando por arbítrio o seu caráter tão somente de tese ou hipótese, da perspectiva de quem não a produziu e sim recebeu pronta. O ato de acreditar com base em algum tipo de autoridade é e sempre foi muito comum, no mínimo, porque o ato de crer é livre, basta querer, e também porque se pensa (cartesianamente) que seria impossível testar toda informação que se recebe, portanto, que *é impossível não acreditar em nada*. Não acreditar significa não admitir uma verdade sem vivência, o que é diferente de não admitir uma hipótese enquanto hipótese. As informações são hipóteses, possibilidades, esse é o seu caráter natural para quem não teve experiência pessoal delas. *É impossível não ter hipóteses, mas é possível, sim, não acreditar nelas*. As vivências não deixam de ser colocações à prova, o tempo todo, das hipóteses que se vai coletando e construindo. Ou seja, faz-se uso das informações ou hipóteses que se tem, mesmo que ainda não se tenha vivência delas. Aliás, sempre se tem hipóteses antes das vivências; a teoria costuma anteceder a prática. *Acreditar é admitir a verdade de uma teoria antes da prática*.

A enunciação do princípio é feita em modo imperativo, dirigindo-se a uma segunda pessoa, conforme segue: ***Não acredite em nada. Nem mesmo no que está sendo afirmado nesse texto. Experimente. Tenha suas experiências pessoais.***

A primeira frase é um convite à negação do ato de acreditar, não necessariamente a negação de todas as crenças uma a uma, mas operando uma suspensão de juízo por atacado, por assim dizer. O ato de desacreditar é tão incondicional, em si mesmo, quanto o ato de acreditar. Para acreditar ou desacreditar, diferente

de conhecer, é suficiente a vontade. Também a dúvida metódica atua no conjunto das crenças, mas de modo diferente e em contexto diferente. A dúvida metódica nega as crenças provisória e hipoteticamente, somente até que se possa estabelecer um critério de verdade para elas. O princípio da descrença nega as crenças categórica e definitivamente, pois pretende apontar outra forma de cognição distinta das crenças, anterior a elas. Esta forma de cognição é a experiência pessoal ou vivência, inevitável e primeira a todo ser humano, mas menosprezada e, pior, cerceada, pois marca profundamente o indivíduo, formando convicções.

A segunda frase é uma aplicação reflexiva, incluindo a si mesma em seu próprio escopo. O ato de enunciar o princípio da descrença não é exceção, mas também objeto de descrença, pois a experiência pessoal ponderada e discernida é critério insubstituível do conhecimento, do ponto de vista autoevolutivo.

A terceira e quarta frases exortam de modo direto à experiência pessoal enquanto vivência. Na vivência a pessoa está implicada inteira: toda a sua bagagem, habilidades e faculdades são postas simultaneamente em movimento, sendo necessariamente participativa e não-neutra. A vivência é conectada intrinsecamente à evolução pessoal, daí a verdade autoevidente por ela fornecida. A verdade vivenciada só é refutável por outra vivência. A tradição experimentalista que também constituiu a ciência moderna em parte admite isso, mas seu outro viés, o racionalismo cartesiano, a princípio não reserva estatuto epistemológico legítimo à experiência em primeira pessoa, apenas em terceira, ou, na melhor hipótese, à primeira pessoa do plural, ao modo das ciências sociais. Inexiste possibilidade de ciência da experiência pessoal ou autocientificidade com base na dúvida metódica e no *cogito*.

O conceito de cognição em jogo no princípio da descrença, mas nem por isso isento dele, é o primado das vivências pessoais na construção do conhecimento. Em última análise, o critério do conhecimento pessoal é a confirmação ou não pela vivência. Sob o ponto de vista da sabedoria de vida ou inteligência evolutiva, conhecer é saber o que resolve os problemas que se tem na vida, há um pragmatismo em termos do uso que se faz das informações.

A negação das crenças racionalistas admitidas por Descartes em sua concepção formalista da racionalidade resulta na suspensão de todo um modelo fragmentado da experiência humana. A vivência, ou o modo com que cada pessoa experiencia sua vida a cada momento, se dá enquanto totalidade complexa, singular, individual, composta de elementos sensoriais, emoções e pensamentos cuja análise e decomposição hão de ser didáticas e não substanciais, sob o risco de se perder o elemento vital característico ou próprio da vivência. A distinção ontológica entre experiência sensorial e pensamento racional, proposta na antiguidade, chegando até Descartes, não consegue apanhar a especificidade da vivência e marca desde a origem a diferenciação de estatuto epistemológico entre opinião (*doxa*) e ciência (*episteme*). Opinião é apenas sensorial, enquanto ciência é racional. Mas a totalidade da vivência é uma síntese complexa desses elementos

sensoriais e racionais, dentre outros, cuja separação absoluta não é feita sem importantes perdas. A análise é metodologicamente necessária para a compreensão, o que é diferente de distinções categoriais ontológicas, ao modo do que foi feito por Platão e depois por Descartes.

O princípio da descrença permite manter o núcleo dubitativo da ciência, legado da epistemologia cartesiana, contudo ampliando o escopo da dúvida, logo, do objeto. Dessa forma, não é necessário se pressupor um conceito racionalista do ser humano, ao contrário, o princípio abarca também essa crença, dando relevo à vivência, realidade humana primeira, obscura e confusa perante o formalismo geométrico da epistemologia cartesiana, no entanto, inevitável.

A proposta até aqui apresentada de redefinir o conceito de questionamento no método científico, a saber, da dúvida metódica ao princípio da descrença, traz repercussões ao papel desempenhado pela autoconsciência, também fundamental à ciência moderna. Se a dúvida metódica evidencia uma autoconsciência exclusivamente pensante, inextensa, sujeito do método científico, mas, por definição, excluída dos objetos científicos possíveis, o princípio da descrença evidencia uma autoconsciência *pensenizante*, ou seja, que tem vivências constituídas por pensamentos (*pen*), sentimentos (*sen*) e energias (*ene*), conectados em uma unidade indissociável, e, ainda assim, objetivamente cognoscível. A seguir, esta transformação no conceito de autoconsciência, decorrente da redefinição do questionamento na ciência, será exposta.

3. Dúvida metódica, princípio da descrença e autoconsciência

A autoconsciência instaura a ciência moderna através do *cogito*, por sua vez resultante da dúvida metódica. A verdade evidente do enunciado “Penso, logo, existo” (*Cogito ergo sum*), quando pensado, estabelece o ponto de apoio ou alicerce fundamental, nas palavras de Descartes, do edifício da ciência. A figura do sujeito autoconsciente representa a grande virada epistemológica moderna, pois transfere o eixo desde o ser para o conhecimento, em termos de produto do pensamento humano e suas faculdades subjetivas. O ser humano é, na modernidade, a origem do conhecimento. No entanto, tal operação epistemológica de radicação do conhecimento nas faculdades subjetivas, ao mesmo tempo exclui o sujeito do escopo dos objetos legítimos da ciência. A coisa pensante (sujeito, *res cogitans*) está para o método, assim como a coisa extensa (*res extensa*) está para o objeto. Foi preciso incluir a subjetividade no conhecimento para dirimir a enorme crise epistemológica então corrente; entretanto foi preciso incluir a subjetividade para excluí-la novamente, “pela porta dos fundos”. A inclusão do sujeito na epistemologia, paradoxalmente, é também sua exclusão do escopo investigativo da ciência.

A ciência moderna possui, desde sua origem, uma relação conflituosa com a autoconsciência. A dúvida metódica permite suspender o juízo quanto a toda tradição clássica, incluindo a escolástica, e afirmar o primado do *sujeito auto-*

consciente, produtor de conhecimento, instância primeira da realidade humana, anterior inclusive à divindade (*res infinita*), do ponto de vista epistemológico. Para Descartes, a única coisa que sabemos, com absoluta certeza, sem sombra de dúvida, é que existimos enquanto seres pensantes. A dúvida metódica conduz à autoconsciência, que sustenta epistemologicamente a ciência moderna, mas não pode ser por esta diretamente estudada, ou seja, por si mesma estudada.

Vale lembrar que desde Platão a ciência é do inteligível, logo, do universal, nunca do particular. A ciência histórica, no século XIX, veio quebrar esse preceito, mas sem chegar à subjetividade particular, o que, aliás, não foi o seu intento. Wilhelm Dilthey e seus colaboradores, a exemplo de Georg Misch (1950), constituem honrosas exceções ao defenderem o papel da autobiografia no método historiográfico. Esse círculo de intelectuais foi chave na discussão do estatuto epistemológico das ciências humanas ou do espírito (*Geisteswissenschaften*). A distinção entre ciências nomotéticas e idiográficas, proposta por Windelband (1980), foi emblemática nesse debate. A idiografia seria o método das ciências do espírito e a nomotética, das ciências da natureza.

A modernidade é o tempo do indivíduo, cuja principal característica – a autoconsciência – Descartes colocou, com grande perspicácia, no cerne da epistemologia. Entretanto, a autoconsciência não é objeto legítimo da ciência moderna instaurada por ela mesma, pois ela é subjetiva, enquanto a ciência há de estudar o que é objetivo, sinônimo de extenso (*res extensa*). O subjetivo é o signo da modernidade, base da epistemologia e ciência moderna, mas não é, *porque não pode ser*, estudado por essa mesma ciência moderna. A subjetividade é simultaneamente possibilidade e limite da ciência moderna: ela possibilita a ciência moderna, pois esta afinal é fruto tão somente do frágil pensamento humano e não de alguma revelação divina; e o limite da ciência moderna, pois, por ser inextensa, é inefável ao método que a mesma autoconsciência estipula e sustenta. Se considerarmos que por detrás do *cogito* existe o procedimento da dúvida metódica, e que ambos são conceitualmente necessários para sustentar a isenção científica em relação à tradição, superstições, imposições, etc., então é necessário garantir estes atributos básicos da cientificidade moderna, hipotética, progressiva e laica. A dúvida metódica e o *cogito*, estando em contexto racionalista, carregam consigo pressupostos que limitam o escopo da ciência, apesar da aparência de ilimitação de horizontes da ciência moderna, pois se não há mais o limite da tradição, tudo poderia ser estudado, pesquisado e, finalmente, descoberto. Mas a concepção da dúvida metódica e do *cogito* já limitam conceitualmente este *tudo*, por isso a virtual ilimitação da ciência é enganosa. O *tudo* da ciência moderna há de estar subsumido, de alguma forma, à categoria da extensão, ser positivado, como já foi amplamente exposto pelos representantes da denominada teoria crítica da sociedade, por exemplo, Adorno e Horkheimer (1985). Como é possível manter o projeto laico e universalista da ciência moderna, mas ampliando o seu escopo epistemológico ao estudo científico da autoconsciência particular?

O princípio da descrença, conceito proposto por Vieira (1994), parece promissor enquanto substituto da dúvida metódica, permitindo outra abordagem à autoconsciência e conduzindo a outros desdobramentos científicos. Enquanto a dúvida metódica veicula uma autoconsciência racionalista e dedutiva, o princípio da descrença permite uma autoconsciência pragmática vivencial, em que categorias ao modo do pensamento, extensão e infinitude, mutuamente excludentes na epistemologia cartesiana, podem ser reintegradas em uma experiência pessoal autoevolutiva. Daí um novo nexos entre autoconsciência e cientificidade, dando condições epistemológicas a uma ciência da consciência ou Conscienciologia.

A experiência pessoal ou vivência, elemento positivo do princípio da descrença, possibilita uma concepção de autoconsciência inteira, não fragmentada, apesar de complexa. A autoconsciência de cada momento vivenciado é diferente do modelo do sujeito epistêmico moderno, “máquina de processamento de dados”. A vivência é composta de diversos de elementos, os quais preenchem o espectro da autoconsciência, ao modo das percepções sensoriais, as emoções, os raciocínios, as memórias, as intuições e também a cognição que extrapola o corpo, o espaço e o tempo físico, denominada extrassensorial. Estes elementos, dentre outros, constituem, a cada instante, uma totalidade vivenciada e autoconsciente. A reflexividade ou atenção da autoconsciência para os próprios conteúdos vivenciados amplia a acuidade quanto às suas diferenciações, às suas relações e às suas origens. A experiência autorreflexiva acumulada acerca das vivências autoconscientes possibilita galgar melhores patamares de lucidez quanto à própria manifestação pessoal.

A autoconsciência, sob este enfoque da vivência pessoal, decorrente do princípio da descrença, possui alguns atributos, propostos pela Conscienciologia, conforme se segue.

Pode-se considerar o conjunto dos conteúdos autoconscientes e constituintes da vivência enquanto manifestação da própria consciência, que os produz a partir da interação com o meio. A manifestação da consciência em suas vivências, de modo geral, é composta de pensamentos ou ideias, emoções ou sentimentos e também por energias, ou seja, as forças conscienciais que conferem maior ou menor intensidade e alcance à manifestação da mesma. A título de síntese e economia terminológica, essa totalidade indissociável produzida pela consciência em suas manifestações é denominada *pensene*, ou seja, **pensamento+sentimento+energia**. A *pensenedade*, propõe-se, é um atributo da autoconsciência mediante o princípio da descrença. Apenas este atributo já traz diversas implicações epistemológicas importantes, por exemplo, não apresenta o dualismo mente-matéria, pois a energia estabelece comunicação dos pensamentos e sentimentos com o meio; também a mesma energia acaba com a ideia de uma manifestação meramente teórica, contemplativa ou intelectual, pois toda expressão consciencial é um ato com suas devidas repercussões a princípio em si mesmo e depois no meio. Esta segunda implicação encaminha a outro atributo da autoconsciência,

o qual importa explicitar aqui, a saber, a indissociabilidade entre teoria e prática ou teática (*teoria+prática*).

O atributo da *teaticidade* é decorrente da pensenidade e significa que há uma circularidade incessante e aberta entre teoria e prática. Toda teoria articulada pela consciência está o tempo todo tendo repercussões práticas, ao passo que toda prática consciencial está o tempo todo sendo, de um algum modo, refletida conceitualmente. É claro que o nível disto varia de acordo com a maturidade e experiência de cada um. A teaticidade, por sua vez, associa-se ao atributo da *evolutividade*, pois a tendência destes círculos de teoria e prática é a evolução das manifestações da consciência, tornando-se cada vez mais lúcidas.

Uma concepção vivencial de autoconsciência, a partir do princípio da descrença, permite se pensar de modo objetivo determinados atributos conscienciais, a exemplo dos acima mencionados, abrindo então a possibilidade da pesquisa científica da autoconsciência ou autopesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA UMA AUTOCOGNIÇÃO PARAPSÍQUICA

O procedimento da dúvida metódica, à base da epistemologia cartesiana, é um elemento central no pensamento moderno em si e, logo, na ciência moderna. Todo pensamento moderno parte da negação da tradição, preconceitos, dogmas, e estabelece uma espécie de “ponto zero” do pensamento, em que há abertura para se construir um novo conhecimento. A dúvida é uma característica inextricável da ciência moderna. O senso comum já entende que a ciência não propõe verdades absolutas, mas hipóteses que ora são confirmadas e ora refutadas. Descartes inaugurou epistemologicamente essa forma de pensar, em suas linhas elementares, na dúvida metódica. A ciência deve se valer sistematicamente da dúvida para conhecer, e essa dúvida volta-se, sobretudo, à tradição. A noção de hipótese, tão cara à ciência moderna, é devedora da dúvida metódica.

A partir da dúvida metódica, conhecimentos válidos foram sendo propostos por Descartes a ponto de realizar distinções ontológicas e também epistemológicas. Existiriam, assim, três modalidades de seres ou substâncias: a *res cogitans* (ser pensante), a *res extensa* (ser extenso) e a *res infinita* (ser infinito). A diferenciação entre as três categorias permitiria aplicar o critério da evidência ou clareza e distinção, pois as principais indistinções são as que combinam as substâncias. Por exemplo, o ser humano é uma combinação de pensamento e extensão, substâncias categorialmente distintas. Para conhecer o ser humano, é preciso estudar em separado as substâncias que o compõem, para depois investigar a interação delas. Trata-se de um método analítico.

O conhecimento, para Descartes, poderia ser representado por uma árvore cuja raiz seria a Metafísica, o tronco seria a Física e os galhos, as ciências particulares, com destaque à Medicina, de fato, o objetivo final visado por ele. A Meta-

física trataria da *res cogitans* e da *res infinita*, enquanto as ciências propriamente ditas tratariam da *res extensa*. De fato, a Física se tornou a ciência moderna por excelência, modelo para as demais.

Apesar de tudo, pese a intenção cartesiana de obter conhecimentos confiáveis sobre a matéria, para melhorar a qualidade de vida da humanidade, a história ou os sucessores estenderam essa pretensão sobre a totalidade da ciência, tornando-a restrita ao descritível geometricamente, mesmo em sentido amplo. A experiência pessoal, ou autovivência, incluindo o parapsiquismo, ficou de fora desse escopo, a partir da sólida, porém racionalista, epistemologia estabelecida por Descartes.

A retomada do núcleo dubitativo ou questionador da ciência, oficialmente instaurado por Descartes, substituindo o racionalismo da dúvida metódica pelo pragmatismo do princípio da descrença, permite conceber a autoconsciência de modo vivencial, complexo e integrado ao invés de abstrato e metafísico. E esta concepção, por sua vez, ao romper com o dualismo e integrar a consciência no meio, permite propor novos atributos ao modo da pensividade, teaticidade e evolutividade.

Vale a ressalva que compreender a ciência a partir de uma autoconsciência pensívica, não mais apenas pensante, não significa, é lógico, opor-se e abandonar a gama de conquistas da ciência moderna, com bases assentadas no materialismo ou na objetividade da extensão (*res extensa*). A vivência consciencial abrange campos de pesquisa inexplorados, pois, até então, sem estatuto epistêmico. A qualidade de vida consciencial não tem limites de expansão, quando pesquisada a partir das vivências pessoais pela pensividade. O princípio da descrença descortina campos de atuação da consciência onde ela nem sequer suspeitava, na antes inefável realidade intraconsciencial. Se a autoconsciência não é conceito abstrato, mas realidade ativa, o trabalho da autoconsciência sobre si mesma é não só possível, mas um campo convidativo a ser explorado. Se autoconsciência é ação objetiva, quais as implicações éticas e políticas de uma ciência desta autoconsciência tão prática? São questões a serem estudadas, considerando que as aporias trazidas pelo novo não justificam a negação deste novo, mas, ao contrário, o aprofundamento dos estudos para serem superadas.

A negação da autoridade (ou autoritarismo) da tradição, mediante a dúvida ou questionamento, e a afirmação da autoconsciência são elementos centrais e indispensáveis da ciência moderna. A questão, conforme se procurou delinear no presente artigo, é refazer esse caminho, reciclando os preconceitos racionalistas e colocando em seu lugar o princípio da descrença, cuja base é a racionalidade autoevolutiva ínsita às vivências pessoais. A autoconsciência evidenciada pelo princípio da descrença é pensivizadora e teática, integrando pensamento, extensão e infinitude no contínuo de suas manifestações energéticas.

O presente artigo procurou, criticando elementos da epistemologia cartesiana, abrir possibilidade lógica para novos objetos de pesquisa científica, dentro

da complexa gama das vivências autoconscientes, em particular as percepções extrassensoriais ou parapsiquismo. Tal possibilidade contribuiria, por sua vez, ao programa maior de legitimação de uma Paraepistemologia, associada a uma ciência da autoconsciência ou Conscienciologia.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BURTT, Edwin A. *As bases metafísicas da ciência moderna*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- CASTRO, Jalmir Freire Brelaz de. Reflections about Parapsychology and the Philosophy of Science. *NeuroQuantology*, March 2011, Vol. 9, Issue 1, page 106-117.
- DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Abril Cultural, 1996a. Col. Os Pensadores.
- DESCARTES, René. *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural, 1996b. Col. Os Pensadores.
- FARIA, Paulo. A encenação. *Sképsis*, ano I, n. 2, 2007, 99-130.
- MISCH, Georg. *A history of autobiography in antiquity*. Londres: Routledge & Kegan Paul Limited, 1950. 2 Vols.
- NUDLER, Oscar. Descartes e o campo epistemológico moderno. In: FUKS, Saul (Org.). *Descartes 400 anos: um legado científico e filosófico*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.
- RODIS-LEWIS, Geneviève. *Descartes: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- VIEIRA, Waldo. *700 experimentos da Conscienciologia*. Rio de Janeiro: Instituto Internacional de Projeciologia, 1994.
- VIEIRA, Waldo. *Projections of the consciousness – A diary of out-of-body experiences*. Rio de Janeiro: Instituto Internacional de Projeciologia e Conscienciologia, 1995.
- WINDELBAND, Wilhelm. Rectorial address, Strasbourg, 1894: History and Natural Science. *History and Theory*, Vol. 19, N. 2 (Feb. 1980), 169-185.

Alexandre Zaslavsky é professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus Foz do Iguaçu. Doutor e mestre em Educação (UFRGS); licenciado em Filosofia (UFRGS). Voluntário da Conscienciologia desde 1999, docente de Conscienciologia desde 2003, coordenador técnico-científico da ASSINVÉXIS (2012-2014), autor de diversos artigos de Conscienciologia e coautor do livro *Inversão Existencial – Autoconhecimento, assistência e evolução desde a juventude* (2011).

E-mail: zaslav.alexandre@gmail.com